

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SMS N.º 305/2023
PREGÃO ELETRÔNICO N.º SMS 130/2023
PROCESSO N.º 30.507/2023
EDITAL SMS 164/2023
AUDESP:2023231200130
CONTRATO: NÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VALIDADE: 10 de maio de 2024

Aos doze dias do mês de maio do ano de 2023, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE BAURU, cadastrado no CNPJ/MF sob o n.º 46.137.410/0001-80, com sede nesta cidade, na Praça das Cerejeiras, 1-59, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, neste ato representada pelo (a) Secretário (a) Municipal de Saúde, Sr.(a). Giulia da Cunha Fernandes Puttomatti, nos termos dos Decretos n.º 4705, de 23 de maio de 1986 e n.º 6618, de 27 de maio de 1993, ambos alterados pelo Decreto n.º 7306, de 11 de maio de 1995, nos termos do art. 15 da Lei Federal n.º 8666/93, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pelas Leis Federais n.ºs 8883/94, n.º 9032/95, n.º 9648/98, n.º 9854/99, 10.520/02 e Decretos Municipais n.ºs 10.123/05 e 13.093/16 em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico n.º **SMS 130/2023**, Processo n.º **30.507/2023**, para registro de preços, **Homologada** em 09/05/2023 e publicada no DOM em 11/05/2023, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da Empresa classificada, por item, observadas as condições do Edital que rege o Pregão Eletrônico e aquelas que se seguem.

SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ/MF n.º 09.944.371/0003-68, com sede na Avenida Marginal Norte da Rodovia dos Bandeirantes, n.º 2400 – Distrito Industrial – Jundiaí/SP - CEP 13.213-008, Telefone: (47) 3473-8845, E-mail: licitacao4@sulmedic.com, financeiro@sulmedic.com, faturamento@sulmedic.com, representada neste ato, por seu representante legal, o Senhor Jose Paulo Gesser, portador da cédula de identidade RG n.º 1.545.724-9 e inscrito no CPF/MF n.º 541.063.899-91.

1 - DO OBJETO

- 1.1 Constitui objeto desta Ata de Compromisso ora assumido pela Compromissária, relativo à **AQUISIÇÃO ANUAL ESTIMADA DE 1.080 COMPRIMIDOS DE ARIPIPRAZOL 10MG, 540 COMPRIMIDOS DE CLORIDRATO DE DONEPEZILA 10MG E 108 FRASCOS DE LEVETIRACETAM 100MG/ML PARA ATENDIMENTO A DEMANDA JUDICIAL**, cujas especificações estão indicadas no anexo I do Edital SMS 164/2023 e conforme termos de sua proposta devidamente anexada ao **Processo Administrativo n.º 30.507/2023**.

IT.	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO
01	1.080	Comprimido	ARIPIPRAZOL 10MG; (ARISTAB) Forma Farmacêutica Capsula/ comprimido/ comprimido Revestido/drágea; Forma de Apresentação	ARISTAB ACHÉ CX C/ 30	R\$ 3,70

			Capsula/ comprimido/ comprimido Revestido/drágea; Via de Administração Oral; (Com marca / ARISTAB). (Cod. 8.28.01.0016.2)	Comprimidos RMS 1057304250030	
03	540	Comprimido	DONEPEZILA, CLORIDRATO 10MG; Forma Farmacêutica Capsula/comprimido/comprimido Revestido/drágea; Forma de Apresentação Capsula/comprimido/comprimido Revestido/drágea; Via de Administração Oral; (Sem marca). (Cod. 8.28.01.0078.2)	GENÉRICO ACHÉ CX C/ 30 Comprimidos RMS 1057306680067	R\$ 1,15
04	108	Frasco	LEVETIRACETAM 100 MG/ML; Forma Farmacêutica Solução Oral; Forma de Apresentação Frasco; Via de Administração Oral; (Frascos de 150ml ou 100ml) - (Sem marca). (Cod. 8.28.01.0305.6)	ETIRA ACHÉ CX C/ 01 Frasco 100 ml RMS 1057305260013	R\$ 46,00

2. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

2.1. As entregas deverão ser efetuadas no prazo de até **15 (quinze) dias corridos**, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento, acompanhada da Nota de Empenho, que será transmitida via e-mail.

2.2. A entrega do objeto desta ata deverá ser efetuada no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado a Rodovia Marechal Rondon Km 345, Alça 344 – Res. Pq. Colina Verde – final da Rua Cunha Bueno – Bauru/SP, **em dias úteis**, das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, correndo por conta da licitante vencedora as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e outros, se existentes, decorrentes do fornecimento.

2.3. **PRAZO DE VALIDADE DOS PRODUTOS:** Os medicamentos deverão apresentar prazo de validade de, no mínimo, de 12 (doze) meses, ou prazo equivalente a, no mínimo, 75% de sua validade, a partir da data da entrega no almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde.

2.4. Os medicamentos deverão ser entregues na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação e com número do registro pela ANVISA. De acordo com a Portaria nº 2814/GM, de 29 de maio de 1998, os produtos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras das licitações devem apresentar em suas embalagens a expressão **“Venda proibida pelo comércio”**. No caso dos medicamentos termolábeis estes deverão ser entregues acondicionados em caixas térmicas (isopor ou equivalente), com controle de temperatura.

2.5. Os fornecedores deverão apresentar laudo analítico laboratorial, item a item, juntamente com a Nota Fiscal, expedido por laboratório integrante da Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS), conforme dispõe resolução – RDC nº 12 de 16 de fevereiro de 2012.

2.6. Os medicamentos apresentados na forma de comprimidos, drágeas ou similares deverão ser fornecidos em blister ou envelopados, constando na embalagem n.º de lote e validade.

2.6.1. Caso os medicamentos sejam fornecidos em blister com **embalagem fracionável**, deverá constar em cada embalagem primária fracionada o nome da substância ativa, concentração por unidade posológica, n.º do Registro, n.º de lote e data de validade, conforme Resolução ANVISA – RDC nº 80 de 11-05-2006.

- 2.7. Os medicamentos apresentados na forma de injetáveis deverão ter impressos nas respectivas ampolas o lote e a validade.
- 2.8. Os Medicamentos, apresentados na forma de pó, solução ou suspensão, para administração via oral, deverão ser acompanhados de **Copo Medida**.
- 2.9. **A quantidade anual a ser fornecida dos produtos terá como base a quantidade prevista no ANEXO I (estimativa anual), de acordo com as necessidades do Município de Bauru.**
- 2.10. A empresa vencedora deverá emitir nota fiscal ou fatura correspondente a cada entrega.
- 2.11. Na Nota Fiscal deverá constar "PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU, Praça das Cerejeiras, 1-59, C.N.P.J. 46.137.410/0001-80, número do Processo, número da Nota de Empenho e o número do Banco, Agência e Conta Corrente da empresa", para a efetivação do pagamento.
- 2.12. O Município de Bauru se reserva o direito de inspecionar o objeto, devendo recusá-lo e/ou solicitar sua substituição, caso esteja em desconformidade com as especificações contidas no Edital.

3 – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 3.1. O Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 3.1.1 Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis.
- 3.1.2 Os preços registrados serão pesquisados periodicamente pelo Órgão Gerenciador, para comprovação de sua vantajosidade.

4 – DA LICITAÇÃO

- 4.1. Para a contratação do fornecimento do objeto deste instrumento, foi realizada licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, sob o nº **SMS 130/2023** cujos atos encontram-se no processo nº **30.507/2023**.

5 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 5.1 A licitante vencedora se obriga a garantir a qualidade dos produtos e a substituí-los quando constatado que os mesmos não correspondem ao descrito no Anexo I do presente edital e na ata.
- 5.2 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Município deverá:
- 5.2.1 Se disser respeito às especificações, rejeitá-lo, no todo ou em parte, determinando sua substituição ou cancelando a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 5.2.1.1 Na hipótese de substituição, a licitante vencedora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Município, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado;
- 5.2.2 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou cancelar a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 5.2.2.1 Na hipótese de complementação, a licitante vencedora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Município, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

6 - DO PAGAMENTO

6.1 O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia corrido a contar da entrega da Nota Fiscal na Secretaria Municipal de Economia e Finanças, obedecendo a ordem cronológica de sua exigibilidade, mediante ordem bancária através de instituição financeira a ser determinada pelo Município.

6.1.1 A nota fiscal, anteriormente ao seu pagamento, deverá ser atestada.

6.2 No caso de atraso no pagamento por parte do Município haverá a incidência de juros moratórios de 0,5% (cinquenta centésimo por cento) ao mês ou fração, a contar da data prevista para pagamento até o efetivo pagamento art. 40, XIV, alínea "c" da Lei Federal n.º 8.666/93.

7 - DA CONTRATAÇÃO

7.1 A(s) adjudicatária(s) deverá(o) assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis da convocação feita pela Divisão de Compras e Licitações – Setor Gerenciador, sob pena de decair do direito de contratação e incidir na multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total de sua proposta, levando-se em consideração a estimativa anual constante no anexo I do edital n.º SMS 164/2023, além de sujeitar-se a outras sanções previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/02.

7.2 Quando a adjudicatária não assinar a ata no prazo e condições estabelecidas, será convocada outra licitante, na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente, com vistas à celebração da contratação.

7.3 O Município poderá, a qualquer tempo, e sem necessidade de adoção de qualquer outra providência na esfera judicial, rescindir a avença, ao amparo e na forma dos art. 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93, estando assegurados, em quaisquer hipóteses, as garantias constitucionais ao contraditório, à ampla defesa e ao devido processo legal.

7.4 Se, por ocasião da formalização da ata, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Receita Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Trabalhista, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

7.5 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar as exigências referidas, com prazos de validade, sob pena de a contratação não se realizar.

8 – PENALIDADES

8.1 No caso de atraso injustificado na execução da Ata de Registro de Preços ou de sua inexecução parcial, o Município reserva-se o direito de aplicar multa moratória de 2% (dois por cento) ao dia, até o total de 5 (cinco) dias, sobre o valor descumprido, além das demais sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8666/93 e art. 7º da Lei Federal n.º 10520/02 quais sejam:

8.1.1 Advertência;

8.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor inadimplido, pela rescisão unilateral, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no item 8.1;

8.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município, com prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

8.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorridos o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.1.5 O montante da multa poderá, a critério do Município, ser cobrado de imediato ou compensado com valores de pagamentos devidos ao fornecedor, independentemente de qualquer notificação.

9 – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

9.1 Aplica-se a esta Ata, e principalmente aos casos omissos, o disposto na Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como o Decreto Municipal nº. 13093/16 – Sistema de Registro de Preços.

10 - ÓRGÃO GERENCIADOR, ÓRGÃO PARTICIPANTE E GESTORES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 O Município designa como ÓRGÃO GERENCIADOR da Ata de Registro de Preços, a Secretaria Municipal de Saúde, que terá a incumbência de efetuar a prática de todos os atos de controle e gerenciamento da Ata.

10.2 É integrante da Ata de Registro de Preços, a Secretaria Municipal de Saúde, designada como ÓRGÃO PARTICIPANTE da mesma.

10.3 O Município designa ainda, como gestores da Ata de Registro de Preços, os seguintes servidores:

10.3.1 Gestor(a) Titular: Priscila Oreste Dias, matrícula 34.372, portadora do RG nº 42.601.412-1 SSP/SP e CPF nº 426.010.848-47.

10.3.2 Gestor(a) Substituto(a): Francislene Rochelle Marques da Silva, matrícula 32.178, portadora do RG nº 44.017.634-7 e CPF nº 333.545.648.30.

10.4 A COMPROMISSÁRIA, designa como Gestor (a) desta Ata de Registro de Preços, o (a) Sr (a). Jose Paulo Gesser, portador (a) da cédula de identidade RG n.º 1.545.724-9 e inscrito no CPF/MF n.º 541.063.899-91, conforme constante na sua Proposta de Preços, que é parte integrante deste documento.

10.5 Ao(s) gestor(a)(as)(es) da Ata por parte do Município, além das atribuições previstas no Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, compete:

10.5.1 Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização.

10.5.2 Zelar, pelos demais atos da COMPROMISSÁRIA, relativos ao cumprimento das obrigações assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais.

10.5.3 Informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa da COMPROMISSÁRIA em atender às condições estabelecidas no edital nº SMS 164/2023, firmadas na Ata de Registro de Preços, quanto às divergências relativas à entrega ou as características e origem dos bens registrados.

11 - DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

11.1. O **MUNICÍPIO** por meio dos órgãos interessados efetuará a fiscalização do fornecimento a qualquer instante, solicitando à **COMPROMISSÁRIA**, sempre que entender conveniente, informações do seu andamento,

devendo esta prestar os esclarecimentos solicitados, bem como comunicar ao **MUNICÍPIO** quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom cumprimento do presente termo.

11.1.1. A ação ou omissão, total ou parcial, dos órgãos encarregados da fiscalização não eximirá a **COMPROMISSÁRIA** de total responsabilidade de executar o fornecimento, de acordo com as condições estabelecidas na presente Ata.

12. CONDIÇÕES GERAIS E PERMANENTES

12.1. A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições. (Art. 15 do Decreto 13.093/16).

12.2. A Interdição ou Suspensão Cautelar aplicada à empresa por Órgãos Sanitários Competentes (Estaduais e/ou Federais), implicará no cancelamento da Ata de Registro de Preços do lote interditado ou suspenso.

12.3 Após a assinatura e cumprido os requisitos de publicidade, a Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no edital de licitação n° **SMS 164/2023**.

12.4 Correrão por conta e risco da **COMPROMISSÁRIA** todas as despesas e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, de acordo com art. 71 da Lei Federal n° 8.666/93.

12.5. O Município poderá a qualquer tempo, e sem necessidade de adoção de qualquer outra providência na esfera judicial, rescindir a avença, ao amparo e na forma dos art. 77 a 80, da Lei n° 8.666/93, estando assegurados, em quaisquer hipóteses, as garantias constitucionais ao contraditório, à ampla defesa e ao devido processo legal.

12.6. Não poderá a **COMPROMISSÁRIA** ceder ou transferir esta Ata, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do Município.

12.7. Os fornecimentos deverão ser efetuados mediante expedição, pelo **MUNICÍPIO**, de Nota de Empenho, das quais constarão todas as especificações necessárias.

12.8. A critério do Município a Nota de Empenho poderá ser enviada à **COMPROMISSÁRIA**, via e-mail, nos dias úteis, dentro do horário das 8h às 17h.

12.9. O **MUNICÍPIO** não se responsabilizará pela entrega do produto, sem a respectiva Nota de Empenho.

12.10. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a **COMPROMISSÁRIA** fica obrigada a entregar os produtos previstos nos itens do Anexo I do edital n° **SMS 164/2023**, nas quantidades indicadas pelo **MUNICÍPIO** em cada Nota de Empenho.

12.11 – Obriga-se a Compromissária a manter, durante todo o período de validade da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação exigida no edital n.º **SMS 164/2023**.

12.12. No período de validade do Registro de Preços, fica facultado ao Município contratar ou não os produtos, como lhe faculta a Lei.

12.13. Se durante a vigência da Ata de Registro de Preços, expirar-se o prazo de validade das Certidões apresentadas na fase de habilitação, comprovando regularidade fiscal e trabalhista, a **COMPROMISSÁRIA** deverá providenciar a imediata atualização das mesmas, sob pena de rescisão da Ata de Registro de Preços.

12.13.1. Não haverá qualquer atualização nos preços quando o atraso no pagamento se der por culpa exclusiva da COMPROMISSÁRIA, nos termos do previsto no item 12.13.

13 – DO FORO

13.1 Para as questões que suscitarem entre os contratantes e que não sejam resolvidas amigavelmente na esfera administrativa, fica eleito o foro da Comarca de Bauru para a solução judicial, desistindo as partes de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem as partes justas e de pleno acordo no que se refere aos termos da presente Ata de Registro de Preços, firmam o mesmo em 03 (três) vias de igual teor e validade.

Bauru/SP, 12 de maio de 2023



Glúlia da Cunha Fernandes Puttomatti
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**JOSE PAULO
GESSER:5410
6389991**

Assinado digitalmente por JOSE PAULO
GESSER:54106389991
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC DIGITAL
MULTIPLA G1, OU=24949449000169, OU=
presencial, OU=Certificado PF A1, CN=JOSE
PAULO GESSER:54106389991
Razão: Eu estou aprovando este documento
Localização: Joinville SC
Data: 2023.05.17 15:17:36-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.1

Jose Paulo Gesser
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

TERMO DE CIÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SMS N.º 305/2023

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

CONTRATADA: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

PROCESSO: 30.507/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO ANUAL ESTIMADA DE 1.080 COMPRIMIDOS DE ARIPIRAZOL 10MG, 540 COMPRIMIDOS DE CLORIDRATO DE DONEPEZILA 10 MG E 108 FRASCOS DE LEVETIRACETAM 100MG/ML PARA ATENDIMENTO A DEMANDA JUDICIAL.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Bauru/SP, 12 de maio de 2023

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Suéllen Silva Rosim

Cargo: Prefeita Municipal

CPF: 017.712.851-84

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Giulia da Cunha Fernandes Puttomatti

Cargo: Secretária Municipal de Saúde

CPF: 176.133.498-02